



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA**

RELATÓRIO PARCIAL DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL (2022)

Maceió
Março/2023

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO

INSTITUCIONAL

Relatório parcial resultado do processo de Autoavaliação Institucional correspondente ao ano de 2022, realizado pela Comissão Própria de Avaliação – CPA –, nos moldes previstos na Lei nº 10.861/04, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES – e na Nota Técnica INEP/DAES/CONAES/ nº 65 de 2014.

REITOR

Carlos Guedes de Lacerda

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Heverton Lima de Andrade

PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Edja Laurindo de Lima

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Maria Cledilma Ferreira da Silva Costa

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Elisabete Duarte de Oliveira

PRÓ-REITORA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Eunice Palmeira da Silva

DIRETOR-GERAL DO *CAMPUS* ARAPIRACA

Fábio Ribeiro

DIRETOR-GERAL DO *CAMPUS* MACEIÓ

Damião Augusto de Farias Santos

DIRETORA-GERAL DO *CAMPUS* MARAGOGI

Sandra Maria Patriota Ferraz

DIRETOR-GERAL DO *CAMPUS* MARECHAL DEODORO

Éder Júnior Cruz de Souza

DIRETOR-GERAL DO *CAMPUS* PALMEIRA DOS ÍNDIOS

Roberto Fernandes da Conceição

DIRETOR-GERAL DO *CAMPUS* PENEDO

Felipe Thiago Caldeira de Souza

DIRETOR-GERAL DO *CAMPUS* PIRANHAS

Antônio Iatanilton Damasceno de França

DIRETOR-GERAL DO *CAMPUS* SATUBA

Valdemir Lino Chaves Filho

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	5
2 INTRODUÇÃO.....	6
2.1 DADOS DA INSTITUIÇÃO.....	6
2.2 COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO.....	6
2.3 BREVE HISTÓRICO INSTITUCIONAL.....	7
2.4 SÍNTESE DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO IFAL SEGUNDO O PDI 2019-2023.....	14
3 METODOLOGIA.....	15
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	15
3.2 SEGMENTOS DA PESQUISA.....	15
3.3 INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO	15
4 DESENVOLVIMENTO.....	16
5 AÇÕES DESENVOLVIDAS.....	17
5.1 EIXO 1 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	17
5.2 EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	18
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
REFERÊNCIAS.....	23

1 APRESENTAÇÃO

A avaliação institucional interna (autoavaliação) está inserida no contexto do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES - que, instituído pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, tem entre suas finalidades a melhoria da qualidade da educação superior e a expansão da sua oferta.

A autoavaliação, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI -, deve ser vista como um processo de autoconhecimento conduzido pela Comissão Própria de Avaliação - CPA - e que envolve todos os agentes que atuam no Ifal, a fim de analisar as atividades acadêmicas desenvolvidas. É um processo de indução de qualidade da Instituição, que deve aproveitar os resultados das avaliações externas e as informações coletadas e organizadas a partir do PDI, transformando-os em conhecimento e possibilitando sua apropriação pelos atores envolvidos. Afinal, as ações de melhoria a serem implementadas pela unidade de ensino dependem de sua própria compreensão e de seu autoconhecimento.

O processo de autoavaliação deverá ser consolidado no Relatório de Autoavaliação Institucional, que tem por finalidades fomentar a cultura de avaliação institucional e subsidiar os processos de avaliação externa conduzidos pelo MEC.

Assim, este documento é o Relatório Parcial de Autoavaliação do biênio 2022-2024 do Ifal, sendo produto do trabalho da CPA na compilação e verificação das iniciativas previstas para o ano, consoante o planejamento bienal da Comissão, em consonância com o Projeto de Autoavaliação Institucional 2022-2024.

2 INTRODUÇÃO

2.1 DADOS DA INSTITUIÇÃO

Órgão de vinculação: Ministério da Educação

Denominação completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas

Denominação abreviada: Instituto Federal de Alagoas - Ifal

Natureza jurídica: Autarquia Federal

Endereço: Rua Doutor Odilon Vasconcelos, 103 - sala 402. Bairro Jatiúca - Maceió/AL

Endereço institucional: <https://www2.ifal.edu.br/aceso-a-informacao/institucional/comissoes-permanentes/comissao-propria-de-avaliacao>

Endereço eletrônico da Comissão Própria de Avaliação: cpa@ifal.edu.br

2.2 COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

A CPA é composta por representantes da sociedade civil e das categorias discente, docente e técnico-administrativo do Instituto.

Quadro 1 – Composição CPA 2022-2024

MEMBRAS E MEMBROS TITULARES	
Discentes	Camila Silva dos Santos Jorge da Conceição dos Santos Sayomara Maciel de Melo
Docentes	Ana Catarina Monteiro Carvalho Mori da Cunha Diego da Guia Santos José Lucas de Omena Gusmão
Técnico-administrativos	Anita da Silva Bezerra - Presidente Fernanda Ísis Correia da Silva Marcus André Freire dos Santos - Secretário

Fonte: CPA, 2022.

O principal objetivo da CPA é buscar o desenvolvimento integral e a melhoria constante na qualidade do processo educacional do Instituto. Para isso, faz-se necessária uma comissão atuante a fim de que possa não só proceder a uma avaliação interna eficaz, mas também divulgá-la quanto às suas eventuais fragilidades e potencialidades, resultando no padrão de qualidade proposto no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI - para a oferta dos cursos de graduação. A execução do projeto ultrapassa o cumprimento de prazos e determinações do MEC, orientando-se pelo compromisso social institucional constante no PDI e no Projeto Político Pedagógico Institucional - PPPI.

Dessa forma, para melhor organizar o plano de ação a ser desenvolvido por esta CPA, foi elaborado o Projeto de Autoavaliação Institucional, publicado na página oficial da instituição, que apresenta todo o planejamento estratégico traçado para melhor conduzir o processo de autoavaliação no biênio 2022-2024.

2.3 BREVE HISTÓRICO INSTITUCIONAL

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, também denominado Instituto Federal de Alagoas (Ifal), foi criado por meio da Lei nº 11.892/2008, que estabeleceu a implantação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com 38 Institutos, dois Cefets, uma Universidade Tecnológica e o Colégio Pedro II.

Em Alagoas, o Ifal é resultado da junção entre o Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas - Cefet/AL - e a Escola Agrotécnica Federal de Satuba - EAFS. O Cefet (antes Escola Técnica Federal de Alagoas) é originário da Escola de Aprendizes e Artífices, que foi criada em 23 de setembro de 1909 pelo presidente Nilo Peçanha, com cursos profissionalizantes, enquanto a Agrotécnica de Satuba foi implantada em 30 de agosto de 1911, para oferta de cursos técnicos da área agrícola.

Atendendo ao que está disposto no art. 39 da Lei nº 9.394/96, incluído pela Lei nº 11.741/2008, no que se refere à Educação Profissional Técnica de Nível Médio, bem como ao que determina sua Lei de Criação, o Ifal busca garantir a relação das dimensões trabalho, ciência e tecnologia, com a oferta de educação profissional técnica de nível médio, em todos os seus âmbitos, formas e modalidades, cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores e

educação de nível superior com cursos de tecnologia, bacharelado e licenciatura, além de programas especiais de formação pedagógica, conforme características a seguir:

I. Formação Inicial e Continuada (FIC) ou Qualificação Profissional:

Para efeito de sua execução, os cursos FIC serão oferecidos à comunidade, restando condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade.

II. Educação Profissional Técnica de nível médio:

A educação profissional técnica de nível médio se retrata nas seguintes formas de ensino:

- Articulada com o ensino médio, na forma integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental na idade regular, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno.

- Subsequente: oferecido para quem já tenha concluído o ensino médio.

- Proeja (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos). Configura-se em uma modalidade ofertada pelo Ifal para Jovens e Adultos, maiores de 18 anos, que não tiveram acesso ou continuidade ao ensino médio na idade própria e poderão cursá-lo integrado à parte profissionalizante.

III. Educação Profissional Tecnológica de Graduação e Pós-graduação:

- Cursos Superiores de Tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia.

- Cursos Superiores de Licenciatura com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de Ciências e Matemática.

- Cursos Superiores de bacharelados visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento.

- Cursos de Pós-graduação:

- i. Lato Sensu* (Aperfeiçoamento e Especialização) visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento.

- ii. Stricto Sensu* (Mestrado) que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas à geração e inovação tecnológica. Uma

das principais finalidades do Ifal é estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, e à formação e qualificação de cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, na perspectiva, sobretudo, do desenvolvimento socioeconômico local e regional. Para o atendimento das finalidades acima mencionadas, o Ifal trabalha com cursos de educação profissional técnica e superior pertencentes aos Eixos Tecnológicos que são determinados pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. Já no que se refere às Licenciaturas, a oferta de cursos se encontra fundamentada na demanda regional e em atendimento aos Referenciais Curriculares Nacionais para as Licenciaturas. A oferta de cursos é realizada de forma a garantir a verticalização do ensino no Ifal, em áreas de conhecimento, com oferta em níveis e formas diferentes, de modo a promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior e à pós-graduação.

O estado de Alagoas ocupa uma área territorial de 27.848,14 km², correspondendo a 1,8% da região Nordeste (a qual representa 18% do território brasileiro). Alagoas tem como limites os estados de Pernambuco, Sergipe e Bahia. Sua divisão político-administrativa é composta por 102 municípios, agrupados em três mesorregiões: Leste Alagoano, Agreste Alagoano e Sertão Alagoano. Do início da série de estimativas populacionais do IBGE, em 1992, até o ano de 2021, Alagoas teve um acréscimo populacional de 32%, passando, nesses 26 anos, de 2.548.092 para 3.365.351 habitantes. Esse número corresponde a 5,5% do PIB no total da região Nordeste e a 1,6% do total da população nacional.

O PIB de Alagoas em 2019 correspondeu a 0,8% do nacional, sendo que os com maior participação no PIB estadual foram: Maceió (43,08%), Arapiraca (8,11%), Marechal Deodoro (3,31%), Coruripe (3,14%) e Rio Largo (1,98%). Dentre aqueles com pior participação, tivemos: Belém (0,07%), Palestina (0,07%), Mar Vermelho (0,06%) e Pindoba (0,06%). A capital alagoana foi o único município do Estado a entrar na lista das 100 cidades com maior participação nacional (39ª colocação).

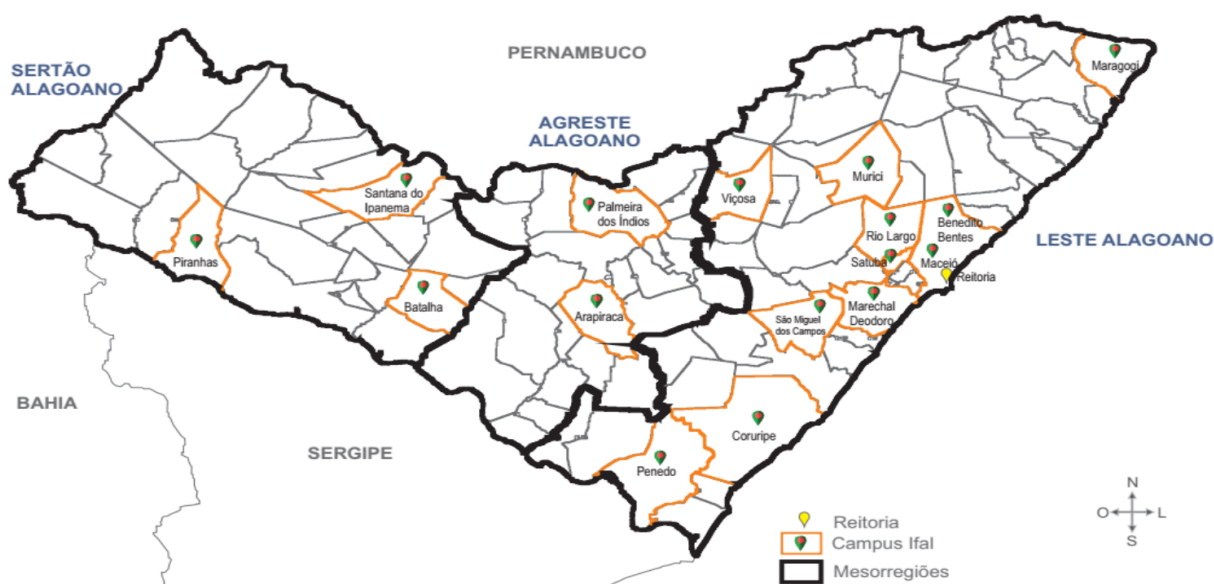
Como a educação serve de parâmetro para o Ifal compreender o ambiente educacional no qual os *campi* estão inseridos, cabe registrar que a taxa de analfabetismo de Alagoas em 2019, entre pessoas com 15 anos ou mais, foi de 17,1%. Embora tenha caído 2,3% quando comparada ao ano de 2016, essa é a maior taxa de analfabetismo do país.

Ademais, considerando que a maior parte das matrículas do Ifal é realizada nos cursos técnicos de nível médio integrado, também é interessante referir os seguintes indicadores, disponíveis da Plataforma Nilo Peçanha (ano de referência - 2021):

- Eficiência acadêmica - 41,4%;
- Conclusão por ciclo - 35,36%;
- Evasão por ciclo - 49,97%; e
- Retenção por ciclo - 14,67%.

Atualmente, o Instituto compõe-se por 16 *campi* - Arapiraca, Batalha, Benedito Bentes, Coruripe, Maceió, Maragogi, Marechal Deodoro, Murici, Palmeira dos Índios, Penedo, Piranhas, Rio Largo, Santana do Ipanema, São Miguel dos Campos, Satuba e Viçosa -, distribuídos pelo Estado (Figura 1), além da Reitoria, situada em Maceió.

Figura 1 – Localização dos *campi* do Ifal



Fonte: PDI/IFAL 2019-2023.

Desses, atuam com o ensino superior na modalidade presencial os *campi* Arapiraca, Maceió, Maragogi, Marechal Deodoro, Palmeira dos Índios, Penedo, Piranhas e Satuba (Quadro 3).

Campus Arapiraca: iniciou suas atividades em 4 de setembro de 2010, com as aulas funcionando provisoriamente na Escola Municipal Hugo José Camelo Lima, sendo que, em 2017, esse *campus* foi deslocado para a Rua Professor Domingos Correia, 1.207, no bairro de Ouro Preto. Em 26 de outubro de 2018, foi inaugurada a sede própria da unidade, às margens

da Rodovia AL-110, contando com biblioteca, laboratórios, auditório com capacidade para cerca de 170 pessoas, além de ginásio de esportes.

Campus Maceió: localizado na capital, teve início em 23 de novembro de 1909, com a criação, no país, de dezenove Escolas de Aprendizes e Artífices, pelo Presidente da República, Nilo Peçanha. Em Alagoas, a inauguração da Escola ocorreu em 10 de janeiro de 1910; a sede que a abrigou localizava-se na Rua Boa Vista, no Centro de Maceió. Em 1937, essa Escola transferiu-se para o prédio onde hoje funciona o Espaço Cultural da Universidade Federal de Alagoas e, em 1956, mudou-se para um prédio que foi construído na Rua Barão de Atalaia, 530, Centro. Em sua história, recebeu diversas outras denominações: Liceu de Artes e Ofícios (1937); Liceu Industrial de Alagoas (1940); Escola Industrial Deodoro da Fonseca (1956); Escola Industrial Federal de Alagoas (1960); Escola Técnica Federal de Alagoas/Etfal (1968). Após a Lei nº 8.948/1994, implementada pelo Decreto de 22 de março de 1999, passou a ser o Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas - Cefet/AL -, quando começou a ofertar alguns Cursos Superiores Tecnológicos. Em 2008, passou a integrar a Rede de Institutos Federais, sendo denominado de “*Campus Maceió*”. O espaço conta com biblioteca, laboratórios, auditório com capacidade para 327 pessoas, ginásio de esportes, campo de futebol, quadra de areia, pista de atletismo e piscina.

Campus Maragogi: localizado no Litoral Norte, o *Campus Maragogi* iniciou suas atividades no segundo semestre de 2010, funcionando provisoriamente em parte do prédio da Fundação Costa dos Corais – Fundec. A sede própria foi inaugurada no dia 17 de fevereiro de 2017, no km 139 da Rodovia AL-101 Norte. A infraestrutura conta com salas de aula, biblioteca, laboratórios, auditório, quadra poliesportiva coberta e teatro de arena.

Campus Marechal Deodoro: localizado no Litoral Sul, o *Campus Marechal Deodoro* iniciou suas atividades em agosto de 1995, com sede própria, localizada na Rua Lourival Alfredo, 176, no bairro Poeira. Naquela época, funcionava como Unidade Descentralizada da antiga Escola Técnica Federal - Etfal -, que, em 1999, foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas - Cefet/AL. Em 2008, passou a integrar a Rede de Institutos Federais, sendo denominado de “*Campus Marechal Deodoro*”. A infraestrutura inclui biblioteca, laboratórios, auditório, campo de futebol, pista de atletismo, duas quadras de concreto e uma quadra de areia.

Campus Palmeira dos Índios: iniciou suas atividades em 02 de agosto de 1993, com sede na Avenida Alagoas, s/nº, bairro Palmeira de Fora. Naquela época, funcionava como Unidade Descentralizada da antiga Escola Técnica Federal, que, em 1999, foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica - Cefet/AL - e, em 2008, passou a integrar a Rede de Institutos Federais, quando passou a denominar-se “*Campus* Palmeira dos Índios”. Em sua infraestrutura, dispõe de biblioteca, laboratórios, campo de futebol, quadra coberta, quadra de areia, pista de atletismo e anfiteatro.

Campus Penedo: localizado na Região do Baixo São Francisco, o *Campus* Penedo iniciou suas atividades no segundo semestre de 2010. Situa-se na Rodovia Engenheiro Joaquim Gonçalves, s/nº, bairro Dom Constantino, e possui em sua infraestrutura biblioteca, laboratórios e auditório.

Campus Piranhas: localizado no Alto Sertão Alagoano, o *Campus* Piranhas iniciou suas atividades no segundo semestre de 2010, provisoriamente na Escola Estadual de Xingó I. A sede própria foi inaugurada em 20 de dezembro de 2012 e fica localizada na Avenida Sergipe, s/nº. Com um projeto arrojado, dispõe de bloco administrativo, bloco de serviços de almoxarifado e terceirizados, bloco de coordenações, bloco da assistência estudantil, bloco de laboratórios das áreas técnicas, dois blocos de salas de aula, bloco de laboratórios propedêuticos, auditório, biblioteca, salas de professores por área, refeitório, cantina, quadra poliesportiva e campo de futebol.

Campus Satuba: localizado na Região Metropolitana de Maceió, na Rua Dezesete de Agosto, s/nº, Zona Rural, podemos considerar que seu início se deu com a doação da Usina Wanderley à Sociedade de Agricultura Alagoana, em 1905. A partir de então, foi implantada no local uma Estação Agronômica que, em 1911, foi transformada em Patronato Agrícola de Alagoas, mudando de denominação ao longo dos anos: Aprendizado Agrícola de Alagoas (1934); Aprendizado Agrícola Floriano Peixoto (1939); Escola Agrícola Floriano Peixoto (1947); Escola Agrotécnica Floriano Peixoto (1957); Colégio Agrícola Floriano Peixoto (1964); Escola Agrotécnica Federal de Satuba/AL (1979); e, finalmente, *l*fal *Campus* Satuba (2008), passando a integrar a Rede dos Institutos Federais. Dispõe de biblioteca, laboratórios, auditório, ginásio esportivo, campo de futebol, capela e alojamento para estudantes.

Quadro 3 – Cursos Superiores Presenciais ofertados pelo Ifal até 2023

CAMPUS	CURSO	TIPO	MODALIDADE
Arapiraca	Sistema de Informação	B	Presencial
	Letras-Português	L	Presencial
Maceió	Alimentos	T	Presencial
	Ciências Biológicas	L	Presencial
	Design de Interiores	T	Presencial
	Engenharia Civil	B	Presencial
	Física	L	Presencial
	Gestão de Turismo	T	Presencial
	Hotelaria	T	Presencial
	Letras-Português	L	Presencial
	Matemática	L	Presencial
	Química	L	Presencial
	Sistema de Informação	B	Presencial
Maragogi	Horticultura (*curso criado em set/2022)	T	Presencial
Marechal Deodoro	Gestão Ambiental	T	Presencial
Palmeira dos Índios	Engenharia Civil	B	Presencial
	Engenharia Elétrica	B	Presencial
Penedo	Química Industrial	B	Presencial
Piranhas	Engenharia Agrônômica	B	Presencial
	Física	L	Presencial
	Matemática	L	Presencial
Satuba	Laticínios	T	Presencial

Fonte: PDI/IFAL 2019-2023

L= Licenciatura; B= Bacharelado; T = Tecnológico

2.4 SÍNTESE DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO IFAL SEGUNDO O PDI 2019-2023

Em 2019-2023, o Ifal reestruturou o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI -, documento que identifica a instituição de ensino no que diz respeito à filosofia de trabalho adotada, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam as ações, à infraestrutura organizacional e às atividades que desenvolve ou pretende desenvolver. As comunidades interna e/ou externa tiveram a possibilidade de contribuir com a definição de objetivos e metas institucionais.

Figura 2 – Mapa estratégico do Ifal



Fonte: PDI 2019-2023/IFAL.

3 METODOLOGIA

Para o interstício desta autoavaliação, a metodologia utilizada na coleta e análise dos dados foi elaborada respeitando-se a sua contextualização que contempla as dez dimensões dispostas no art. 3º da Lei nº 10.861/2004 que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES. Este relatório apresentará uma retomada das dimensões que foram consideradas com desempenho insatisfatório, em relação ao PDI e a dois eixos do instrumento.

3.1 TIPO DE PESQUISA

A abordagem adotada no procedimento se configurou como um estudo aplicado, descritivo, de natureza qualitativa.

3.2 SEGMENTOS ENVOLVIDOS NA PESQUISA

Participaram da pesquisa os segmentos docentes e discentes ligados ao ensino superior do Ifal.

3.3 INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

O relatório parcial elaborado durante o processo de avaliação do ano de 2021 (RAI 2021) embasou os direcionamentos do presente documento referente ao ano de 2022 que será encaminhado à Procuradoria Educacional Institucional - PEI - para ser inserido no sistema e-MEC.

Foram destacados dois eixos a serem investigados. A escolha desses eixos partiu da análise dos últimos relatórios encaminhados pelas gestões anteriores da CPA. Determinados esses eixos (que apresentaram desempenho mais insatisfatório nos relatórios anteriores) os setores responsáveis pelas dimensões relacionadas foram procurados e convidados a participar da avaliação. O objetivo foi conhecer se houve melhorias nas insatisfações constatadas dos relatórios anteriores. Para cada eixo, foi construído um instrumento de avaliação em formato de questões majoritariamente no formato de perguntas abertas. A análise das respostas resultou em apontamentos descritos de forma separada para cada um dos eixos.

4 DESENVOLVIMENTO

O processo avaliativo adotado pela CPA do Ifal procura atender às dez dimensões de avaliação elencadas no artigo 3º da Lei nº 10.861/2004, do SINAES (redistribuídas entre os cinco eixos propostos no instrumento de avaliação externa do Inep), o que permite traçar um perfil da nossa instituição, bem como o significado e a importância de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, nas mesorregiões que se encontra inserida.

Em agosto de 2014, o Instrumento de Avaliação Institucional Externa, criado para subsidiar os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação da organização acadêmica (presencial), agrupou as dez dimensões do SINAES mencionadas acima em cinco eixos:

Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional

Dimensão 8: Planejamento e Avaliação

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição

Eixo 3: Políticas Acadêmicas

Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade

Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes

Eixo 4: Políticas de Gestão

Dimensão 5: Políticas de Pessoal

Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição

Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira

Eixo 5: Infraestrutura Física

Dimensão 7: Infraestrutura Física

Cabe mencionar que, para melhor organizar o processo de Autoavaliação Institucional do Ifal em conformidade com o que determina a NOTA TÉCNICA INEP/DAES/CONAES Nº 065/2014, as avaliações foram dispostas para serem aplicadas da seguinte forma no biênio 2022-2024:

1º Relatório parcial (até 31/03/2022):

Eixo 3 – Políticas Acadêmicas, Eixo 4 – Políticas de Gestão e Eixo 5 – Infraestrutura;

2º Relatório parcial (até 31/03/2023):

Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional e Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional;

Relatório Integral (até 31/03/2024):

Todos os 5 eixos.

5 AÇÕES DESENVOLVIDAS

Para o 2º Relatório parcial, a CPA desenvolveu as seguintes ações:

- a) realizou uma leitura nos resultados apontados nos últimos relatórios da CPA;
- b) verificou eixos problemáticos apontados nas análises dos resultados; e
- c) identificou os setores responsáveis pelo desenvolvimento das ações previstas nas dimensões relativas aos eixos a seguir:

5.1 EIXO 1 – PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Este eixo do SINAES reflete as percepções sobre planejamento e avaliação institucional através da Dimensão 8.

As ações da comissão, em virtude da incidência teórica e científica, presentes nos cursos de nível superior, se apresentam numa perspectiva de planejamento técnica e contínua. Essa estruturação traz na sua demanda um caráter estritamente organizacional e pedagógico, pois todo objeto de trabalho da administração pública só é possível de ser otimizado por meio de práticas de planejamento. Nesse sentido, a atribuição da CPA tem como fito o diálogo com os *campi* e seus respectivos cursos de nível superior, aproximando-os do planejamento anual da comissão.

O planejamento tem como ponto basilar a tríade Pesquisa, Ensino e Extensão, conforme os atos valorativos que versam sobre os documentos oficiais que constituem as funções normativas da CPA e dos cursos supracitados. Pesquisa, por se tratar de colegiados de cursos atuantes no desenvolvimento acadêmico dos discentes e sua demanda regional, uma dinâmica da engenharia social. Ensino, por se tratar de cursos de formação profissional no campo pedagógico e administrativo, voltado para formação docente e tecnológica. Na Extensão, pela

capacidade de diálogo com a sociedade, tendo em vista que os cursos avaliados surgem de dentro das demandas das nossas comunidades.

Não menos importante e igualmente relevante, temos na comissão o fulcro da gestão pública, pois se trata de um planejamento voltado para um instituto de ciência e tecnologia na esfera federal. A atividade de gestão não está dissociada das propostas avaliativas, pois o cumprimento de tais princípios de avaliação estão em conformidade com a eficiência do planejamento e sua efetivação na administração pública.

Em síntese, o relatório corrente se encontra nos níveis da formação profissional, pedagógica, técnica e científica. O caráter jurídico é princípio norteador das atividades e atribuições da CPA, que, por sua vez, os assume dentro de planejamento axiológico e comprometido com a otimização dos cursos de nível superior do Ifal.

5.2 EIXO 2 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Este eixo contempla o desenvolvimento institucional a partir de duas dimensões: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (Dimensão 1); e Responsabilidade Social da Instituição (Dimensão 3).

Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI

A missão do Ifal é promover educação de qualidade social, pública e gratuita, fundamentada no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de formar cidadãos críticos para o mundo do trabalho e contribuir para o desenvolvimento sustentável (PDI, 2019-2023, p. 39).

O PDI do Ifal possui 4 perspectivas institucionais, sendo que cada perspectiva tem alguns objetivos estratégicos e esses tem vários indicadores que deverão ser alcançados no decorrer dos 4 anos do plano. Analisamos os últimos 3 anos do PDI (2019-2021). Ressaltamos os anos de 2020 e 2021, anos mais contundentes da pandemia de Covid-19, quando os trabalhos presenciais foram suspensos e os servidores e discentes tiveram suas atividades desenvolvidas

remotamente, dificultando assim a realização de muitas metas. Abaixo, apresentamos os resultados:

PERSPECTIVAS INSTITUCIONAIS	OBJETIVOS	2019	2020	2021
Resultados à sociedade	1. Ampliar e fortalecer a rede de relacionamento entre os setores público e privado, comunidades ou arranjos/grupos sociais e culturais, com vistas a proporcionar o intercâmbio de experiências e o estabelecimento de ações formativas e de colaboração.	100%	66,09%	95,80%
	2. Assegurar aos discentes condições de permanência e conclusão com êxito.	94,12%	81,35%	81,53%
	3. Criar condições para atender às demandas das pessoas com necessidades específicas e grupos sociais historicamente excluídos.	90,33%	80,00%	100%
	4. Garantir a infraestrutura física e tecnológica adequadas, com foco na otimização da oferta de cursos e no desempenho das atividades acadêmicas e administrativas.	69,19%	68,54%	47,79%
Fortalecimento institucional	5. Fortalecer a gestão participativa e democrática.	0,00%	0,00%	79,34%
	6. Fortalecer a integração das ações de ensino, pesquisa e extensão como ato educativo e pedagógico.	72,56%	32,39%	62,20%
	7. Otimizar a gestão de recursos, maximizando a captação e melhorando a qualidade do gasto.	50,00%	50,00%	100,00%
Processos internos	8. Assegurar práticas de gestão sustentável e eficiente dos recursos socioeconômicos e ambientais.	83,00%	100,00%	100,00%
	9. Consolidar a gestão de processos no Ifal.	100,00%	100,00%	100,00%
	10. Estabelecer uma comunicação integrada e continuada.	0,00%	0,00%	91,90%
Pessoas, crescimento e inovação	11. Implantar a política de Qualidade de Vida no Trabalho, visando ao desenvolvimento pessoal e à melhoria das condições laborais dos servidores.	70,00%	60,00%	50,00%
	12. Disseminar a cultura do empreendedorismo e da inovação.	50,66%	24,50%	60,00%
	13. Promover a formação continuada dos servidores.	90,32%	85,25%	92,80%

Observou-se que as ações estão sendo realizadas, comprovando o compromisso do Ifal em atingir os objetivos e metas propostos pelo PDI. Contudo, alguns indicadores do ano de 2020 não foram alcançados devido ao fato de ter sido o primeiro ano de pandemia. Avaliamos que os gestores estão empenhados a cumprir o compromisso firmado em seu plano de desenvolvimento institucional. Um dos pontos que precisam de atenção é relativo à infraestrutura física de alguns *campi*. Outra meta a ser melhorada é a política de qualidade de vida no trabalho dos servidores e por último promover a cultura, o empreendedorismo e a inovação dentro da Instituição.

Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição

Nesta dimensão, a Instituição vem demonstrar que a educação deve lidar com o mundo em constante transformação, evidenciado pelas mudanças no processo produtivo, oriundas do avanço científico e tecnológico; pela desordenada e crescente urbanização; pelo desenvolvimento e ampliação dos sistemas de comunicação; pela expansão do mercado internacional; pelo refluxo dos movimentos de massa; pela imposição de um modelo democrático, que nem sempre corresponde às realidades diversas e pelo acentuado processo de desemprego e exclusão. Além disso, cabe salientar o compromisso da Instituição com relação ao ensino remoto emergencial, modalidade à qual as aulas foram ofertadas durante os anos letivos de 2020 e 2021, devido ao período pandêmico. Nesse sentido, além de cursos de atualização e formação que foram ofertados aos docentes, visando prepará-los para atuar no ensino remoto, com o retorno das atividades de forma presencial, o Ifal vem incentivando a construção e aplicação de projetos de ensino voltados para sanar as dificuldades/deficiências ocasionadas pelo período das aulas remotas.

Estando o mundo contemporâneo ancorado na contradição entre capital e trabalho determinando certa forma de divisão social e técnica do trabalho e, tendo clareza dos efeitos sociais perversos que essa lógica vem provocando no plano universal, constata-se a necessidade de repensar a escola, de forma que, enquanto prática social, possa atuar a partir de alguns critérios fundamentais que expressem o comprometimento com os interesses da classe trabalhadora, quais sejam: tomar a prática social como ponto de partida e considerar a concepção do mundo, das formas de aprender, dos interesses e necessidades da maioria da população, particularmente no que diz respeito ao exercício do trabalho e da cidadania, para,

então, propor formas de organização flexíveis e adequadas às características do estudante e do seu grupo social.

Dessa forma, é preciso ter claro o perfil de formação que se almeja: [...] a formação integral, que se constitui em socialização competente para a participação social e em qualificação para o trabalho entendido como produção das condições gerais da existência humana (SALGADO apud KUENZER, 1997).

Pautada na unificação entre cultura e trabalho, a escola necessária à contemporaneidade delinea, como perfil para o profissional dela oriundo, a “formação de homens desenvolvidos multilateralmente, que somem, à sua capacidade instrumental, as capacidades de pensar, de estudar, de criar, de dirigir ou de estabelecer controles sociais sobre os dirigentes” (KUENZER, 1997).

Assim, em razão da crescente cientificidade da vida social e produtiva, a qual exige do cidadão trabalhador, cada vez mais, uma maior apropriação do conhecimento científico, tecnológico e político, é imperativo que esse instituto tenha como premissa a formação histórico-crítica do indivíduo, instrumentalizando-o para compreender as relações sociais em que vive e para participar delas enquanto sujeito, nas dimensões política e produtiva, tendo consciência da sua importância para transformar a sociedade, e o conhecimento científico para dominar a natureza.

Com isso, é missão da Instituição “Promover educação de qualidade social, pública e gratuita, fundamentada no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de formar cidadãos críticos para o mundo do trabalho e contribuir para o desenvolvimento sustentável”. Eis, assim, a missão institucional a que o Ifal é convocado a empreender, para acompanhar a implementação de suas políticas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Relatório de Autoavaliação Institucional Parcial constitui a segunda etapa do biênio 2022-2024, conforme estabelecido pela Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065/2014.

Os resultados foram expostos conforme as constatações encontradas em cada uma das dimensões investigadas de maneira específica. Observa-se que muitas dificuldades encontradas nos relatórios anteriores ainda continuam sem o desenvolvimento de políticas específicas que tragam melhorias para os eixos, que já se apresentavam problemáticos nos relatórios anteriores.

Entretanto, convém reafirmar que, com a elaboração e a entrega do presente documento, a efetividade da autoavaliação institucional é crucial para seu desenvolvimento acadêmico e coletivo e para o aperfeiçoamento do compromisso e responsabilidade social por meio da valorização de sua missão pública, com base em valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Nº 10.861/2004**. Institui o Sistema Nacional de Educação Superior – SINAES – e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 17 fev. 2023.

IFAL. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2019-2023**. Maceió, 2019. Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/ifal/reitoria/pdi/pdi-2019-2023-final-revisado.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2023.

IFAL. Comissão Própria de Avaliação. **Projeto Autoavaliação Institucional 2022-2024**. Maceió, 2023. Disponível em: https://www2.ifal.edu.br/aceso-a-informacao/institucional/comissoes-permanentes/comissao-propria-de-avaliacao/arquivos/projeto-de-autoavaliacao-institucional-2022-2024_final-ajustado-por-anita.pdf. Acesso em: 17 fev. 2023.

INEP. **Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65**. Assunto: Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional. Brasília, 2014. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/cpa/documentos/nota-tecnica-no-65-conaesdaesinep.pdf/@@download/file/Nota%20T%C3%A9cnica%20n%C2%BA%2065-CONAESDAES-INEP.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2023.

KUENZER, A.Z. **Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1997.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. **Eficiência acadêmica**. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrJoiZDhkNGNiYzgtMjQ0My00OGVlLWJjNzYtZWQwYjI2OThhYWM1IiwidCI6IjllNjgyMzU5LWQxMjgtNGVkyi1iYjU4LTgyYjJhMTUzNDBmZiJ9>. Acesso em: 14 mar. 2023.